

EDITAL DE LICITAÇÃO ESPECIAL
CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES INOVADORAS

**CENTRALIZADORA NACIONAL CONTRATAÇÕES INOVADORAS E
CONCORRENCIAIS – CECIC**

LC 0071/7081-2025

**SINAPI - CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES INOVADORAS
PARA MODERNIZAÇÃO E MONETIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE
PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL**

AVISO DE LICITAÇÃO ESPECIAL PUBLICADO NO DOU EM 12/05/2026.

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, daqui por diante denominada simplesmente CAIXA, por intermédio da sua Centralizadora Nacional Contratações Inovadoras e Concorrenciais – CECIC em Brasília, CNPJ(MF) nº 00.360.305/5649-03, situada no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Lote 2, Bloco L, 13º andar - Asa Sul – Brasília, - CEP 70070-110, realizará Licitação, do tipo Especial, cuja sessão pública será realizada via internet, com objetivo de contratar pessoas físicas ou jurídicas, isoladamente ou reunidas em consórcio, visando identificar e, se for o caso, testar soluções inovadoras, conforme item 1 abaixo, sendo os procedimentos da licitação especial e do(s) consequente(s) Contrato(s) Público(s) para Solução Inovadora (CPSI) regidos pelo Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA – RLCC, Leis nº 13.303 de 30/06/2016, Lei Complementar nº 182 de 01/06/2021, e respectivas alterações, bem como pelas disposições deste Edital e Anexos.

O **CREDENCIAMENTO** para esta Licitação Especial deverá ser efetuado até às 23h59min do dia 11/06/2026, horário de Brasília/DF, exclusivamente pelo Portal de Licitações CAIXA, disponível em <http://licitacoes.caixa.gov.br>.

As **PROPOSTAS DE SOLUÇÃO INOVADORA** deverão ser enviadas depois de efetuado o CREDENCIAMENTO e serão recebidas até às 10 horas do dia 12/06/2026, horário de Brasília/DF, exclusivamente por meio do [Portal de Licitações CAIXA](#) para participação neste certame.

A abertura da **SESSÃO PÚBLICA**, para todos os efeitos, inclusive para o fim de impugnação do Edital, inicia-se após a data e horário limites para o recebimento das propostas, às 10 horas do dia 12/06/2026, horário de Brasília/DF, exclusivamente por meio do [Portal de Licitações CAIXA](#).

Poderá ser apresentada **IMPUGNAÇÃO** ao Edital desta Licitação CAIXA até às 23h59 do dia 05/06/2026, exclusivamente, por meio do [Portal de Licitações CAIXA](#).

Pedidos de **ESCLARECIMENTOS** poderão ser feitos até às 23h59 do dia 05/06/2026,

exclusivamente por meio do [Portal de Licitações CAIXA](#).

A resposta ao pedido de esclarecimento e a decisão sobre a impugnação será incluída no próprio sistema em até 3 dias úteis anteriores à sessão pública. O Licitador poderá suspender os prazos do certame, mediante motivação do ato, registrada em ata da sessão pública, para responder ao(s) esclarecimento(s) e à(s) impugnação(ões).

Em caso de eventual suspensão da sessão pública, a retomada ocorrerá mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 horas de antecedência.

1 DO OBJETO

- 1.1 Seleção de pessoas físicas e jurídicas, isoladamente ou reunidas em consórcio, para celebrar até 2 (dois) Contratos Públicos de Solução Inovadora – CPSI, pelo período de 12 meses, prorrogáveis por mais 12 meses.
 - 1.1.1 O Contrato Público para Solução Inovadora (CPSI) é um instrumento especial de contratação pública que permite à CAIXA selecionar e contratar startups ou empresas inovadoras para desenvolver, testar e validar soluções inovadoras voltadas à resolução de desafios reais da Administração Pública, quando não existem soluções prontas de mercado que atendam plenamente à necessidade identificada.
 - 1.1.2 Previsto no Marco Legal das Startups (Lei Complementar nº 182/2021) e na Lei nº 14.133/2021, o CPSI estimula a inovação ao permitir flexibilidade contratual, compartilhamento de riscos e aprendizado conjunto entre o setor público e as startups.
 - 1.1.3 O CPSI visa o desenvolvimento de solução inovadora para a resolução do seguinte desafio:
- 1.2 Celebração de Contrato Público para Solução Inovadora – CPSI, visando ao desenvolvimento e à experimentação de solução digital inovadora destinada à modernização e monetização do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, a ser desenvolvida para a CAIXA em modelo Software as a Service (SaaS), com arquitetura aberta, escalável e interoperável. A solução deverá contemplar, no mínimo, mecanismos de disponibilização estruturada dos dados do SINAPI, recursos de consulta interativa, APIs documentadas, integrações com plataformas governamentais (com destaque para o TransfereGov), interoperabilidade com padrões BIM/IFC, e ferramentas inteligentes de apoio à elaboração de orçamentos, inclusive com emprego de técnicas de inteligência artificial e automação, nos termos das diretrizes estabelecidas no Termo de Referência em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos.
 - 1.2.1 O detalhamento do objeto pretendido está descrito no ANEXO I deste

editais.

1.2.2 Abaixo estão elencadas as demais disposições e seus respectivos anexos:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA E DESCRIÇÃO DO DESAFIO
ANEXO I-A	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL
ANEXO II	MODELO DE PROPOSTA DE SOLUÇÃO INOVADORA
ANEXO II-A	MODELO TÉCNICO – DADOS BÁSICOS DA SOLUÇÃO
ANEXO III	INSTRUÇÕES PARA UTILIZAÇÃO DO PORTAL DE LICITAÇÕES CAIXA
ANEXO IV	MINUTA DE CONTRATO PÚBLICO PARA SOLUÇÃO INOVADORA
ANEXO V	TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
ANEXO VI	REQUISITOS DE SEGURANÇA FORNECEDORES SERVIÇOS EM NUVEM

1.2 O valor estimado para cada CPSI é de até R\$ 1.600.00,00 (um milhão e seiscentos mil reais) por CPSI

1.3 A CAIXA não se obriga a formalizar CPSI.

2. DAS CARACTERÍSTICAS DA CONTRATAÇÃO POR SOLUÇÃO INOVADORA – CPSI

2.1. No contexto deste Edital, a CPSI tem como objetivo identificar e contratar startups e empresas de base tecnológica capazes de desenvolver, adaptar ou integrar sistemas e ferramentas de tecnologia da informação (TI) que respondam aos desafios apresentados pela CAIXA.

2.2. Diferentemente das contratações convencionais, a CPSI adota uma abordagem colaborativa e experimental, que permite cocriar, testar e validar soluções em ambiente controlado, promovendo inovação de forma segura e incremental.

2.3. Essa modalidade de contratação pauta-se nos princípios de transparência, competitividade, compartilhamento de riscos e resultados, assegurando segurança jurídica e estímulo à inovação aberta no setor público.

2.4. A participação das startups neste processo representa uma oportunidade de aplicar tecnologias inovadoras em um ambiente real de operação bancária, fortalecer parcerias com a CAIXA e ampliar o potencial de escalabilidade e impacto das soluções de TI desenvolvidas.

3. ETAPAS DO PROCEDIMENTO DE CPSI

- 3.1. Apresenta-se a seguir o fluxo geral de etapas que compõem o presente certame.
- 3.2. As datas específicas de cada fase serão divulgadas por meio de atos próprios e comunicações oficiais.

Nº	Etapas	Descrição da Fase	Principais Atividades do Contratante	Participação da Startup/Proponente
1	Publicação do Edital de CPSI	Divulgação oficial das regras, critérios e condições de participação.	Publica o edital, divulgando o desafio.	Ler atentamente o edital, elaborar a proposta técnica/comercial e submetê-la no Portal de Licitações CAIXA.
2	Julgamento das propostas	Análise das soluções apresentadas quanto à aderência, inovação e viabilidade.	Recebe as propostas, realiza análise técnica e os pitch days.	Se convocada, apresentar a solução em formato de pitch, com demonstração ao vivo, caso solicitado.
3	Negociação	Ajuste de condições técnicas e contratuais com as startups selecionadas.	Negocia cláusulas, propriedade intelectual, remuneração, modelo de negócio, cronograma e indicadores.	Se convocada, participar das reuniões de negociação e ajustar a proposta conforme orientações.
4	Habilitação	Verificação da regularidade jurídica, fiscal e técnica do proponente.	Analisa documentação das startups classificadas.	Enviar a documentação exigida dentro do prazo.
5	Assinatura do Contrato Público para Solução Inovadora (CPSI)	Formalização do contrato que autoriza o teste da solução inovadora.	Celebra o contrato conforme normativos aplicáveis.	Assinar o contrato e iniciar a execução da solução conforme o plano aprovado.

4. CRONOGRAMA

- 4.1 As datas indicadas no cronograma a seguir referem-se às etapas iniciais deste certame e poderão ser ajustadas ou prorrogadas, a critério da CAIXA, mediante comunicação oficial.

Nº	Etapa	Data de Realização
1	Publicação do Edital.	12/06/2026
2	Credenciamento - Portal de Licitações Caixa.	Até às 23h59min do dia 11/06/2026, horário de Brasília/DF.
3	Recebimento de propostas - Portal de Licitações Caixa.	Até às 10h do dia 12/06/2026, horário de Brasília/DF.
4	Impugnação do Edital.	Até às 23h59min do dia 05/06/2026, horário de Brasília/DF.
5	Pedidos de esclarecimentos - Portal de Licitações Caixa.	Até às 23h59min do dia 05/06/2026, horário de Brasília/DF.
6	Intenção de recurso	O prazo para recursos será aberto após a divulgação do(s) proponente(s) vencedor(es), conforme instruções do ANEXO III.

4.2 As demais fases do processo, de julgamento das propostas, com a análise técnica e o Pitch Day, negociação, habilitação e assinatura de contrato de CPSI terão seus cronogramas posteriormente definidos, de acordo com o número de propostas apresentadas e a complexidade da avaliação técnica.

4.2.1 Os proponentes classificados serão formalmente convocados para as etapas subsequentes, por meio dos canais oficiais de comunicação previstos neste Edital.

5 DA PARTICIPAÇÃO

5.1 Podem participar desta Licitação Especial, na qualidade de proponentes, pessoas físicas ou jurídicas, isoladamente ou reunidas em consórcio, que apresentem toda a documentação exigida para habilitação, indicada no item 7, além de comprovarem o atendimento às demais exigências constantes deste Edital.

5.1.1 As empresas consorciadas ficam impedidas de participar desta licitação em mais de um consórcio ou isoladamente.

5.1.1.1 As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases da licitação e durante a vigência do contrato.

5.2 Não é admitida nesta licitação a participação de empresa(s):

5.2.1 Em recuperação judicial ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação; exceto aquelas que apresentem Plano de Recuperação aprovado e homologado judicialmente e em pleno vigor; além de cumprir todos os requisitos do item 6 deste edital, estando dispensada apenas, nesses casos, a certidão negativa de falência e concordata;

5.2.2 Que esteja suspensa pela CAIXA;

- 5.2.3 Que esteja impedida de licitar ou contratar com a União;
- 5.2.4 Declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a CAIXA;
- 5.2.5 Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja dirigente ou empregado da CAIXA;
- 5.2.6 Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 5.2.7 Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 5.2.8 Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 5.2.9 Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 5.2.10 Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
- 5.2.11 Aplica-se também a vedação prevista no item 5.2 acima:
 - 5.2.11.1 À contratação do empregado CAIXA ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de proponente;
 - 5.2.11.2 A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a) Dirigente da CAIXA;
 - b) Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior às áreas mencionadas;
 - c) Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
 - 5.2.11.3 Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.
- 5.3 Para participar desta Licitação CAIXA, o interessado deve providenciar o **Cadastro** no Portal de Licitações CAIXA e efetuar o **Credenciamento** neste certame específico, seguindo as orientações do ANEXO III –

Instruções para Utilização do Portal de Licitações CAIXA.

6 **DA PROPOSTA DE SOLUÇÃO INOVADORA**

6.1 A Proposta de Solução Inovadora (ANEXO II) deve ser enviada eletronicamente até o dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, por meio do Portal de Licitações CAIXA, conforme instruções do ANEXO III.

6.2 **A Proposta de Solução Inovadora deverá ser encaminhada unicamente em arquivo Excel**, conforme o modelo eletrônico disponibilizado no ANEXO II e II-A, sob pena de desclassificação automática, caso encaminhada em formato diverso.

6.2.1 Todas as informações solicitadas no arquivo Excel devem ser preenchidas, dentre as quais, destacamos:

- **Identificação completa do proponente:** inclua as informações principais da startup, informações do representante ou contato, endereço da startup e informações adicionais sobre o modelo de negócio da empresa.
- **Descrição da solução:** descreva sua solução de forma clara e detalhada e informe porque é uma solução inovadora.
- **Grau de desenvolvimento da solução:** informe o nível atual de prontidão tecnológica de acordo com a escala TRL (Technology Readiness Level – TRL).
- **Faturamento:** informe a faixa de faturamento.
- **Proposta de preço:** descreva suas estimativas de custos de desenvolvimento e manutenção, se for necessário.
- **Viabilidade de uso e integração:** apresente a viabilidade de uso da solução.
- **Principais clientes:** descreva seus principais clientes e qual foi a estratégia de conversão.
- **Impacto socioambiental:** descreva o impacto socioambiental que será gerado pela solução e a forma de mensuração a ser utilizada.
- **Quantidade de clientes ativos:** insira a quantidade de clientes ativos.
- **Coerência estratégica:** descreva os fatores motivadores da parceria com a CAIXA.
- **Cronograma físico financeiro (metodologia de desenvolvimento):** descreva como pretende desenvolver a solução inovadora.
- **Modelo de negócio para fornecimento à CAIXA:** informe o modelo de negócio para fornecer a solução à CAIXA.
- **Cases de Sucesso:** descreva cases de sucesso, se houver.
- **Diferencial competitivo:** descreva o que torna a sua solução única e como ela pode ajudar a CAIXA.
- **Time:** Descreva os profissionais envolvidos na solução (comprometimento e competência técnica).

- **Pitch:** o pitch da proposta deverá ser gravado em vídeo de até 5 minutos e disponibilizado por link não listado do YouTube.
 - **Segurança em nuvem:** indicar aderência aos requisitos de segurança de fornecedores de serviços em nuvem, conforme detalhamento técnico no Anexo VI.
 - **Prazo de validade da proposta:** não inferior a 90 (noventa) dias, contados a partir da data limite fixada para recebimento das propostas.
- 6.2.2 Após fase de julgamento, as propostas recebidas no sistema eletrônico serão publicadas no Portal de Licitações CAIXA.
- 6.2.2.1 Se a proposta de solução inovadora contemplar informações sigilosas (sigilo comercial, industrial e/ou tecnológico), cabe ao proponente gerar uma versão desta sem as seções sigilosas para anexar no sistema.
- 6.2.2.2 Caso a proposta de solução inovadora contemple sigilo comercial, industrial e/ou tecnológico, o proponente deverá anexar no sistema uma versão sem sigilo e, obrigatoriamente, enviar a versão com as informações sigilosas da solução inovadora, em PDF para o e-mail cecic08@caixa.gov.br.
- 6.2.2.2.1 Se a versão não sigilosa não for entregue, a proposta como um todo será considerada pública e será disponibilizada na íntegra no portal.
- 6.2.3 Para elaboração da proposta, deve ser observado, minimamente, os critérios de julgamento que serão avaliados pela Comissão Especial.
- 6.2.4 **Cada uma das informações listadas no item 6.2.1 deve ser limitada a 4 mil caracteres.**
- 6.3 Assim que a proposta for acatada pelo sistema, será enviado ao proponente, via e-mail, a confirmação do recebimento dos documentos.
- 6.3.1 O proponente poderá retirar ou substituir a proposta comercial anteriormente apresentada até a data e hora marcadas para a abertura da sessão pública no Portal de Licitações CAIXA, conforme instruções do ANEXO III.
- 6.4 É de exclusiva responsabilidade do proponente a leitura dos ANEXOS I a VI para compreensão do desafio e da forma de elaboração da Proposta de Solução Inovadora, bem como de todos os custos decorrentes da elaboração e da apresentação de sua proposta.
- 6.5 O proponente é responsável pela conferência de todos os anexos e informações que devem fazer parte da sua proposta.
- 6.6 O encaminhamento de proposta pelo proponente implica na declaração formal de aceitação integral das condições estabelecidas neste documento e seus anexos.

7 DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS

- 7.1 As propostas serão avaliadas e julgadas por Comissão Especial de reputação ilibada e notório conhecimento no assunto, nos termos da Lei Complementar nº 182/2021.
- 7.2 O julgamento das propostas compreende as seguintes etapas:
- 7.2.1 ETAPA DE EXAME INICIAL, de caráter eliminatório, excluindo da seleção as propostas:
- 7.2.1.1 Documentalmente incompletas, entendidas como aquelas que não cumprem as exigências do Termo de Referência e dos ANEXOS II e II - A ou não puderem ser saneadas, mesmo após diligências.
- 7.2.1.2 Cuja solução seja obviamente impossível, ilegal ou incompatível com os processos de trabalho da CAIXA, com o desafio proposto, ou definidos para o CPSI ou para o eventual contrato de fornecimento, ou cujos custos ou prazos excedam os definidos para o CPSI.
- 7.2.1.3 Após o exame inicial, a Comissão Especial, poderá realizar reunião técnica para esclarecer dúvidas em relação à proposta de solução inovadora apresentada.
- 7.2.1.3.1 A reunião será gravada, a documentação pertinente será anexada aos autos do processo e registrada no Portal de Licitações da CAIXA, observado eventual sigilo comercial, industrial e/ou tecnológico.
- 7.2.1.4 No caso de reunião técnica, o proponente que desejar, poderá, no prazo de 02 (dois) dias úteis, apresentar uma versão refinada e final de sua proposta.
- 7.2.2 ETAPA TÉCNICA, de caráter classificatório, com base na proposta final de solução inovadora apresentada e considerando os critérios abaixo:

Nº	Critério	Definição	Peso
1	Potencial de Resolução	Avalia a capacidade da solução de modernizar a disponibilização e o consumo dos dados do SINAPI, substituir o modelo baseado em relatórios estáticos, permitir consultas avançadas e apoiar o uso prático das informações em orçamentos, análises técnicas e integrações sistêmicas. A solução deve demonstrar aderência ao	30%

		desafio descrito no TR, inclusive quanto ao uso de dados estruturados, APIs, IA, interoperabilidade e integração com plataformas governamentais.	
2	Grau de Desenvolvimento da Solução	Avalia a maturidade tecnológica da solução (TRL \geq 6), sua robustez e capacidade de operar em ambiente real com dados do SINAPI, incluindo interoperabilidade, segurança, operação em nuvem e estabilidade para testes em escala limitada durante o CPSI.	15%
3	Viabilidade e Maturidade do Modelo de Negócio	Avalia a consistência da tese de negócio, a capacidade da empresa de operar e sustentar a solução, bem como sua prontidão organizacional para executar o CPSI e evoluir a plataforma de forma sustentável e aderente às necessidades da CAIXA como gestora do SINAPI. Avalia-se também o grau de prontidão da empresa inovadora para executar o desafio com consistência e escalabilidade.	15%

7.2.2.1 Cada membro da Comissão Especial julgará a versão final de cada proposta recebida, atribuindo um valor de 0 a 5 em cada critério.

7.2.3 ETAPA PITCH DAY, conduzida pela Comissão Especial, responsável pela avaliação, eliminação e classificação final quanto à aderência da solução proposta para a resolução do desafio convocará às 10 (dez) startups mais bem classificadas na etapa técnica.

7.2.3.1 Os proponentes apresentarão e defenderão a solução proposta à Comissão Especial, em reunião online (ou, sob negociação, presencial), demonstrando o atendimento aos critérios deste Edital.

7.2.3.2 Cada proponente disporá de até 15 minutos para apresentar sua proposta à Comissão Especial, sendo conferido o mesmo tempo para resposta aos questionamentos pertinentes feitos pela CAIXA.

7.2.3.3 Cada membro da Comissão Especial julgará a versão final de cada proposta recebida, atribuindo um valor de 0 a 5 em cada critério elencado abaixo:

Nº	Critério	Definição	Peso
----	----------	-----------	------

4	Viabilidade Econômica	Avalia a compatibilidade entre os recursos solicitados, o escopo do desafio e a capacidade da solução de ser desenvolvida, mantida e operada dentro do limite financeiro do CPSI, assegurando sustentabilidade e boa relação custo/benefício	15%
5	Custo-Benefício	Avalia a adequação entre o investimento requerido e os benefícios esperados com a solução proposta, considerando sua sustentabilidade técnica, econômica e operacional, a qualidade da entrega, a capacidade de gerar ganhos de eficiência e financeiros, a redução de retrabalho e riscos operacionais, bem como a viabilidade de evolução e monetização da solução.	15%
6	Funcionalidades adicionais/ Diferenciais Competitivos	<p>Avalia o grau em que a solução proposta apresenta funcionalidades adicionais, inovações técnicas, metodológicas ou operacionais que excedem os requisitos mínimos do desafio, agregando valor estratégico ao CPSI, sem comprometer a viabilidade técnica, econômica ou o foco na experimentação controlada.</p> <p>Serão considerados diferenciais que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ampliem o potencial de uso futuro da solução; • reforcem escalabilidade, interoperabilidade ou reutilização institucional; • contribuam para eficiência operacional, segurança, transparência ou governança; • estejam alinhados às diretrizes estratégicas e ao contexto institucional do CPSI. 	10%

- 7.3 O detalhamento da pontuação e dos critérios a serem avaliados constam no ANEXO I - Critérios de Avaliação da Comissão Especial, do Termo de Referência.
- 7.4 A nota de cada critério da proposta será: ou a média aritmética simples das respectivas notas dos avaliadores; ou zero, se 2 (dois) ou mais avaliadores atribuírem nota zero ao critério.
- 7.5 Para as propostas classificadas, a nota de avaliação final varia de 0 (zero) a 5 (cinco) e será calculada como a média ponderada das notas dos critérios.

- 7.6 Finalizado o julgamento, será anunciado o resultado, listando as propostas classificadas por ordem de classificação, de acordo com as notas finais, indicando as notas específicas obtidas em cada critério de avaliação.
- 7.6.1 Havendo empate da nota da etapa, o desempate entre os proponentes será realizado a partir da verificação da maior nota obtida em cada um dos critérios de avaliação, na seguinte ordem:
- a) potencial de resolução;
 - b) viabilidade da solução;
 - c) maturidade do modelo de negócio;
 - d) viabilidade econômica;
 - e) custo-benefício; e
 - f) funcionalidades adicionais / diferenciais competitivos
- 7.6.2 Persistindo o empate, o desempate será realizado por sorteio.
- 7.7 Será divulgada lista das propostas desclassificadas, com a indicação dos critérios que motivaram sua eliminação.
- 7.8 Será desclassificada a proposta que:**
- 7.8.1 Não atenda as especificações, os prazos, as condições e os critérios definidos neste Edital;
- 7.8.2 Contenham vícios insanáveis;
- 7.8.3 A qualquer momento do processo, tenha obtido nota zero por dois ou mais avaliadores em qualquer critério da avaliação;
- 7.9 A Comissão Especial, por intermédio do Licitador, poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.
- 7.10 As melhores propostas julgadas pela Comissão Especial serão convocadas para a etapa de negociação, de acordo com a ordem de classificação final obtida na etapa do Pitch Day.

8 DA NEGOCIAÇÃO

- 8.1 Serão convocados para etapa de negociação até 2 (dois) proponentes dentre os considerados aptos a formalizarem o CPSI, após avaliação final da Comissão Especial, conforme as etapas de julgamento previstas no item 7.
- 8.2 A negociação se dará por meio de reuniões online, entre o Licitador, a Equipe de Apoio e cada proponente convocado separadamente, após agendamento realizado pelo Licitador.
- 8.3 Antes da reunião online de negociação, o proponente classificado deverá enviar sua proposta por escrito, contemplando as informações elencadas no item 8.4 deste Edital, no prazo previamente definido, a fim de subsidiar a análise prévia pela CAIXA.
 - 8.3.1 A reunião será gravada, a documentação pertinente será anexada aos autos do processo e registrada no Portal de Licitações da CAIXA, observado eventual sigilo comercial, industrial e/ou tecnológico.
- 8.4 A negociação visa a obtenção de propostas mais vantajosas, e os principais pontos a serem negociados serão:
 - 8.4.1 Detalhamento do Plano de Trabalho e Cronograma Físico-Financeiro (cronogramas, periodicidade de relatórios de execução etc.);
 - 8.4.2 Custos e prazos do CPSI;
 - 8.4.3 Forma de pagamentos;
 - 8.4.4 Metas de desempenho e forma de aferição dos resultados esperados;
 - 8.4.5 Definição da matriz de risco entre as partes; e
 - 8.4.6 Definição dos termos da titularidade dos direitos de propriedade intelectual das criações resultantes do trabalho.
 - 8.4.7 Definição da participação nos resultados de sua exploração, assegurados às partes os direitos de exploração comercial, de licenciamento e de transferência da tecnologia de que são titulares.
 - 8.4.8 Qualquer outro aspecto que possa surgir durante as negociações e que não foi previsto anteriormente, garantindo que todos os pontos importantes sejam discutidos e acordados.
- 8.5 No caso de não haver acordo entre as partes, o proponente será desclassificado, e o Licitador poderá convocar o próximo proponente pela ordem de classificação das propostas selecionadas para a formalização do CPSI.
- 8.6 Os proponentes que lograrem êxito na etapa de negociação serão convocados para a etapa de habilitação, na forma do item 9.

9 DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA HABILITAÇÃO

9.1 Para fins de habilitação no certame, o proponente terá que satisfazer aos requisitos abaixo:

- Habilitação jurídica;
- Regularidade fiscal federal;
- Qualificação econômico-financeira;
- Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

9.2 Para Pessoa Física:

9.2.1 A documentação relativa à **habilitação jurídica** consistirá em:

9.2.1.1 cópia da cédula de identidade;

9.2.2 A documentação relativa à **regularidade fiscal federal** consistirá em:

9.2.2.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;

9.2.2.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal – por meio da CND - Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou CPEND – Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida no máximo há 90 (noventa) dias, se na própria certidão não estiver expresso seu prazo de validade;

9.2.2.2.1 As certidões do item 9.2.2.2 abrangem as contribuições previdenciárias e são expedidas conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), obtidas nos endereços < <http://www.gov.br/receitafederal/pt-br>>;

9.2.3 A documentação relativa à **qualificação econômico-financeira** consistirá em:

9.2.3.1 Certidão negativa de insolvência civil, expedida pelo distribuidor do domicílio, expedida no máximo há 90 (noventa) dias, se na própria certidão não estiver expresso seu prazo de validade;

9.3 Para Pessoa Jurídica:

9.3.1 A documentação relativa à **habilitação jurídica** consistirá em:

9.3.1.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de

sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

- 9.3.1.2 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 9.3.1.3 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 9.3.1.4 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- 9.3.1.5 No caso de cooperativa, a habilitação jurídica deverá ser comprovada também por meio da apresentação da seguinte documentação:
 - Ata de constituição devidamente registrada, contemplando atividade específica que se enquadra no objeto da licitação;
 - Ata de Assembleia ou relação emitida pela cooperativa informando os associados admitidos, demitidos, eliminados e excluídos no atual exercício social, se disponível, e do último exercício social findo, emitida por força do § 2º do art. 92 da lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.
- 9.3.2 A documentação relativa à **regularidade fiscal** consistirá em:
 - 9.3.2.1 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), na forma da lei;
 - 9.3.2.2 Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
 - 9.3.2.3 Caso seja apresentada à CAIXA, por proponente ou cidadão interessado, Certidão Positiva expedida posteriormente àquela apresentada quando da habilitação, será concedido ao proponente o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização, sob pena de inabilitação.
 - 9.3.2.4 O proponente que se declarar MPE, nos termos do art. 3º da LC nº 123/06 e seu § 4º, deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal ainda que contenham restrição.
 - 9.3.2.4.1 Será assegurado à MPE declarada vencedora, a pedido da interessada e a critério da CAIXA, o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual

período, para comprovar a sua regularidade fiscal.

- 9.3.3 A documentação relativa à **qualificação econômico-financeira** consistirá em:
 - 9.3.3.1 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da Justiça Comum Estadual da sede da pessoa jurídica, com validade expressa no próprio documento ou, no caso de omissão, que tenha sido expedida, no máximo, há 30 (trinta) dias;
- 9.4 Os documentos de habilitação, quando escritos em língua estrangeira, deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado e devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 9.5 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal será suprido pela declaração do proponente de que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.
 - 9.5.1 Tal declaração deverá ser firmada eletronicamente pelo proponente por meio de preenchimento do Termo de Responsabilidade, quando do seu credenciamento para participação nesta licitação.
- 9.6 Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Socioambiental (ANEXO V).
- 9.7 As certidões e documentações apresentadas como prova da regularidade dos requisitos de habilitação do proponente devem estar válidas ao tempo de sua apreciação pelo Licitador.
 - 9.7.1 Para fins de habilitação, a verificação pela CAIXA nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
- 9.8 Na hipótese de as empresas em consórcio sagrarem-se vencedoras da licitação, ficarão obrigadas a promover a constituição e o registro do consórcio, em até 45 dias a partir da convocação da CAIXA para assinatura contratual.
 - 9.8.1 No caso de empresas reunidas em consórcios, deverão ser observadas as seguintes condições:
 - 9.8.2 Todas as empresas deverão satisfazer, individualmente, as condições de habilitação.
 - 9.8.3 Deve ser apresentado, na forma do item 9.8, documento, público ou particular, comprovando o compromisso de as empresas constituírem o consórcio e indicando a empresa-líder, a qual será a representante das consorciadas perante a CAIXA.

- 9.8.4 No consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras é obrigatório que a liderança seja exercida por empresa brasileira. Ressalta-se que a responsabilidade contratual é solidária entre os todos os consorciados.
- 9.9 Encerrada a etapa de negociação, a documentação relacionada nos itens 9.2 a 9.8.4, quando aplicável, deverá ser encaminhada pelo Portal Licitações CAIXA, no prazo de até 2 (duas) horas, a contar solicitação do Licitador, por meio do Portal de Licitações CAIXA, conforme instruções do ANEXO III.
- 9.10 O Licitador, mediante decisão fundamentada, registrada em ata, poderá promover diligência para a complementação de informações necessárias que atestem condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública do certame, isto é, poderá requerer documento(s), que não altere(m) ou modifique(m) aquele(s) anteriormente encaminhado(s), garantindo-se a transparência e a isonomia aos demais proponentes.
- 9.10.1 O Licitador poderá exigir para conferência a apresentação do documento em cópia autenticada, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original, caso exista dúvida a respeito da autenticidade do documento.
- 9.10.2 Os documentos que exigem assinatura podem ser assinados digitalmente, na forma do subitem 18.12, ou por assinatura física.
- 9.10.2.1 Em caso de dúvidas quanto a autenticidade/autoria dos documentos com assinatura física, o Licitador também poderá exigir sua apresentação com firma reconhecida em cartório.

10 DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

- 10.1 Prosseguindo, o Licitador verificará o atendimento das condições de habilitação do proponente vencedor, mediante a análise da documentação encaminhada na forma do item 9.
- 10.2 Será assegurado à MPE que apresentar alguma restrição na sua documentação fiscal, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a necessária regularização, prorrogável por igual período, a pedido da interessada e a critério do Licitador.
- 10.2.1 A não-regularização da documentação fiscal da MPE no prazo previsto no item 10.2, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado à CAIXA convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 10.3 A fim de verificar se existe restrição do proponente ao direito de participar em licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública, serão efetuadas as seguintes consultas, sem prejuízo de verificação dessa restrição por outros meios:

- CEIS/CNEP/CEPIM – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/Cadastro Nacional de Empresas Punidas/Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas, no endereço eletrônico do Portal de Transparência do Governo;
- CNCLIA – Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92, constante no endereço eletrônico do CNJ – Conselho Nacional de Justiça – www.cnj.jus.br/, em “Sistemas”, no item “CONSULTAS PÚBLICAS – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa” e “Consulta Requerido / Condenação”, selecionar esfera “TODOS(AS)”;
- SICOW – Sistema interno da CAIXA, que permite verificar se há impedimento de o interessado licitar e contratar com esta Empresa Pública.

10.4 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o proponente será declarado habilitado e o resultado da habilitação será divulgado, iniciando-se a contagem do prazo para a intenção de recursos.

10.5 Não será habilitado o proponente que:

10.5.1 Enquadre-se em uma das situações previstas no item 5.2 e 10.3 deste edital.

10.5.2 Deixar de apresentar a documentação solicitada, apresentá-la incompleta, vencida, ressalvada a hipótese do subitem 10.2, ou em desacordo com as disposições deste Edital;

10.6 Se o proponente desatender às exigências do item 9 ou se enquadrar nas hipóteses do item 9.5, será inhabilitado e o Licitador examinará as condições de habilitação das demais proponentes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até que um proponente atenda plenamente às exigências do Edital.

10.7 No julgamento da habilitação, o Licitador poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos habilitatórios e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

11 DOS RECURSOS

11.1 Após a divulgação do(s) proponente(s) vencedor(es), será disponibilizado interregno de tempo para o proponente interessado se manifestar, motivadamente, sobre a intenção de recorrer contra o resultado do certame, devendo, obrigatoriamente, ser registrada a síntese de suas razões no formulário eletrônico disponibilizado no Portal de Licitações CAIXA, conforme instruções do ANEXO III, no prazo de 30 (trinta) minutos,

a contar da solicitação do Licitador.

- 11.1.1 A falta de manifestação motivada do proponente, no prazo estabelecido no item 11.1, importará a decadência do direito de recurso.
- 11.2 Ao recorrente que tiver sua manifestação de intenção de recurso aceita pelo Licitador será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar razões de recurso, facultando-se aos demais proponentes a oportunidade de apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 11.2.1 Os recursos e contrarrazões somente poderão ser encaminhados no Portal de Licitações CAIXA, conforme instruções do ANEXO III.
- 11.3 Qualquer recurso contra decisão do Licitador não terá efeito suspensivo, salvo nos casos de habilitação ou inhabilitação do proponente ou julgamento das propostas, podendo a autoridade competente, motivadamente e presente as razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.
- 11.4 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.5 Decidido(s) o(s) recurso(s) e, constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Licitação Especial será homologada pela autoridade competente, possibilitando, de acordo com o interesse da CAIXA, a formalização de CPSI com o(s) proponente(s) habilitados.
- 11.6 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados por meio de comunicação no Portal de Licitações CAIXA e via e-mail aos proponentes.

12 DA HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

- 12.1 A partir do relatório do Licitador, o resultado do certame será submetido à apreciação da autoridade competente da CAIXA, para fins de homologação.
- 12.2 A CAIXA poderá celebrar, até 2 (dois) CPSI. Um CPSI com cada proponente habilitado, de acordo com o julgamento da licitação.
- 12.2.1 O CPSI será formalizado mediante a assinatura de instrumento particular, observadas as cláusulas e condições deste Edital, da proposta selecionada e de acordo com a negociação realizada, conforme as disposições da minuta do CPSI, que integra este Edital (ANEXO IV), após aprovação pela alçada competente.
- 12.3 Fica impedido de ser contratado o proponente que se enquadrar em

qualquer das situações mencionadas nos itens 5.2 do edital.

- 12.4 O proponente que for habilitado e selecionado para a formalização do CPSI, quando não for cadastrado no SICAF, deve providenciar o cadastramento e habilitação no referido sistema, nos níveis exigidos como habilitação no edital, como condição para assinatura do contrato.
- 12.5 Para o caso de empresas reunidas em consórcio, são condições para assinatura do contrato com a CAIXA:
- a) a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
 - b) a apresentação da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, consoante IN RFB nº 1863, de 27/12/2018.
- 12.6 No ato da assinatura do instrumento contratual, o proponente selecionado deve firmar a declaração de vedação ao nepotismo, que consta anexada ao final da minuta de Contrato do CPSI (ANEXO IV).
- 12.7 A assinatura do CPSI pelo proponente convocado ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de sua convocação pela CAIXA.
- 12.7.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período.
- 12.7.1.1 Em situações excepcionais e a critério da CAIXA, poderá ser admitida a dilação do prazo de prorrogação, desde que devidamente formalizado e justificado pelo proponente convocado para assinatura do contrato de CPSI.
- 12.7.2 A convocação será encaminhada ao proponente vencedor por e-mail, no endereço eletrônico cadastrado no Portal de Licitações CAIXA, conforme instruções do ANEXO III.
- 12.7.3 A recusa injustificada do convocado em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas no item 14 deste Edital.
- 12.8 Quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, a CAIXA poderá retomar a Licitação Especial e convocar os proponentes remanescentes, respeitada a ordem de classificação para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios, negociar os preços e as condições do CPSI, adotando os demais procedimentos para contratação.
- 12.9 Poderá o proponente ser desclassificado até a contratação, se a CAIXA tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal federal, jurídica ou qualificação econômico-

financeira.

- 12.9.1 Neste caso, será efetuada a convocação dos proponentes remanescentes, na ordem de classificação, em conformidade com o disposto no item 12.8.
- 12.10 Havendo sucesso na CPSI, a CAIXA poderá formalizar contrato de fornecimento limitado a 5 (cinco) vezes o valor de R\$ 1.600.000,00, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis por até mais 24 (vinte e quatro) meses.

13 DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 13.1 O CPSI a ser firmado, cuja minuta (ANEXO IV) integra o presente edital para todos os fins e efeitos de direito, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tudo em conformidade com os termos desta licitação, da proposta selecionada e das condições negociadas, aplicando-se os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

14 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1 A suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 02 (dois) anos poderá ser aplicada, garantida a prévia defesa, à pessoa física ou pessoa jurídica que:
- 14.1.1 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.1.2 Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a CAIXA em virtude de atos ilícitos praticados;
- 14.1.3 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 14.1.4 Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- 14.1.5 Comportar-se de modo inidôneo, incluindo a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013 e desatender e/ou violar o Código de Conduta do Fornecedor CAIXA.
- 14.1.6 Descumprir a legislação pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática e gerenciamento do risco social, ambiental e climático; e
- 14.1.7 Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- 14.2 Pela inexecução total ou parcial do CPSI objeto desta licitação e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas na minuta de CPSI (ANEXO IV).

15 DOS ILÍCITOS PENAIIS

- 15.1 As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), aplicadas à licitação e ao(s) contrato(s), serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

16 DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA PRESENTE CPSI

- 16.1 A CAIXA poderá revogar a presente CPSI por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caiba aos proponentes quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.
- 16.2 A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato, e em decorrência dessa anulação os proponentes não terão direito à indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

17 DO SISTEMA ELETRÔNICO

- 17.1 O proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firme e verdadeira suas propostas e seus documentos de habilitação.
- 17.2 Caberá ao proponente:**
- 17.2.1 Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 17.2.2 Comunicar imediatamente à CAIXA, por meio do **Help Desk – 4004 0104 – Capitais e regiões metropolitanas ou 0800 104 0104 – Demais localidades**, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- 17.2.3 Solicitar o cancelamento do cadastro ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 17.3 O uso da senha de acesso pelo proponente é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

18 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 18.1 A participação na presente licitação implica a concordância, por parte do

proponente, com todos os termos e condições deste Edital e Anexos.

- 18.2 Os proponentes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas e lances.
- 18.3 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
- 18.4 Somente serão aceitas as propostas encaminhadas pelo sistema eletrônico, conforme informação no preâmbulo deste Edital.
- 18.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 18.6 Só se iniciam e vencem os prazos, incluindo horário, referidos neste Edital, em dia de expediente na CAIXA, na localidade na qual se sedia a unidade promotora do certame – CECOT, em Brasília/DF.
- 18.7 É facultada ao Licitador ou à autoridade superior da CAIXA, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.
- 18.8 Ao final da sessão, o sistema eletrônico divulgará ata circunstanciada, na qual constará a indicação das propostas selecionadas, a classificação dos proponentes e demais informações relativas à sessão pública da CPSI.
- 18.9 Eventuais retificações do Edital serão disponibilizadas no Portal de Licitações CAIXA, por meio de consulta no quadro “Pesquisa de Certame” a definir comprador “CAIXA” à Modalidade “Pregão Eletrônico” (Licitação CAIXA) a definir Comprador CECOT informar o número e o ano do certame a pesquisar a selecionar “Nº Certame” à Acessar aba “Editais”.
- 18.9.1 No caso de retificação do edital que não implique em sua republicação, o credenciamento e as propostas porventura encaminhados continuam válidos.
- 18.9.2 Havendo republicação do edital, as propostas porventura encaminhadas serão canceladas, permanecendo válido apenas o credenciamento do(s) proponente(s).
- 18.10 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Licitador e os proponentes, no endereço eletrônico mencionado no item 18.9.
- 18.11 É de responsabilidade do proponente o acompanhamento do processo pelo site da CAIXA, no Portal de Licitações CAIXA.

- 18.12 É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica dos documentos apresentados para participação neste certame, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira –ICP Brasil ou sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.
- 18.13 Antes da divulgação do resultado desta Licitação CAIXA, não serão fornecidas, a quem quer que seja, quaisquer informações referentes às soluções inovadoras selecionadas ou à análise, avaliação ou comparação entre as propostas.
- 18.14 O Licitador ou a Comissão Especial, conforme o caso, poderão, no interesse da CAIXA, relevar aspectos puramente formais nas propostas e nos documentos de habilitação apresentados pelos proponentes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo desta Licitação CAIXA.
- 18.15 O proponente tem ciência das disposições da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e da publicação dos documentos fornecidos para habilitação no Portal da Transparência CAIXA, inclusive o contrato, em atendimento à Lei nº 13.303/2016 e determinação dos Órgãos de Controle Externo, observado o sigilo, quando necessário.

19 DO FORO

- 19.1 Para dirimir as questões oriundas desta licitação e do futuro contrato será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal, na cidade de Brasília/DF.

Brasília DF, 12 de maio de 2026.

Regiane Santos Faria
Licitadora
CECIC – CN Contratações Inovadoras e Concorrenciais

RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

A CAIXA está orientada a gerir seus negócios, processos, atividades e relacionamentos com as partes interessadas com base nos princípios e diretrizes de sua Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, de modo a assegurar a atuação e o desenvolvimento sustentável, prezando pelo respeito ao meio ambiente, pela proteção e conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos, da biodiversidade e da adaptação às mudanças climáticas do País.

Para o aprofundamento das práticas de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, a CAIXA estabeleceu as seguintes premissas para a gestão de seus negócios:

- ✓ Atuar de forma ética, com respeito aos direitos humanos universais e às leis dos países onde a CAIXA atua, e repudiar qualquer tipo de atitude ilícita nas suas operações e relacionamentos;
- ✓ Engajar e dialogar continuamente com as partes interessadas para estimular a adesão a boas práticas sociais, ambientais e climáticas, além da legislação inerente ao tema; no desenvolvimento, implementação e monitoramento de políticas, práticas e negócios;
- ✓ Atuar de forma colaborativa junto a clientes, fornecedores, concorrentes, governo e demais atores da cadeia de valor, a fim de promover, por meio de nossos serviços e relacionamentos, o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer as necessidades das futuras gerações;
- ✓ Fomentar, em toda a sua cadeia produtiva, o repúdio a todas as atitudes preconceituosas relacionadas à origem, raça, gênero, cor, idade, religião, ao credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação, estimulando a utilização dos meios de comunicação disponíveis para os registros de ocorrências que atentem contra o Código de Ética da CAIXA e a legislação específica em vigor;
- ✓ Contribuir para a conscientização dos danos causados ao ambiente em decorrência da intervenção humana, com abrangência a todas as partes interessadas da empresa;
- ✓ Formar parceria com fornecedores com foco na melhoria de processos para a redução e mitigação dos impactos econômicos, sociais, ambientais e climáticos diretos e indiretos em suas atividades. de gestão socioambiental;
- ✓ Definir meios que contribuam para redução do consumo dos recursos naturais utilizados na empresa, adotando medidas adequadas à destinação de resíduos, sem prejuízo das condições de trabalho e sem alteração do padrão tecnológico atual;
- ✓ Incentivar a logística inversa e logística reversa;
- ✓ Atuar junto aos fornecedores para induzir a adoção de boas práticas de práticas que visem à mitigação das mudanças climáticas e à segurança hídrica, como a análise dos riscos e oportunidades e a ampliação de conhecimentos e experiências;
- ✓ Priorizar o consumo sustentável de recursos naturais e de materiais nos processos internos e nas contratações de bens e serviços;
- ✓ Incentivar a redução, reutilização, reciclagem e destinação adequada de resíduos, bem como à aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis, que favoreçam a economia de insumos e energia, produzam menos

poluentes e utilizem o conceito de tecnologia ou produção mais limpa, buscando minimizar os potenciais impactos ambientais negativos;

✓ Contribuir para a proteção e conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos e da biodiversidade e desenvolvimento de soluções que promovam uma economia de baixo carbono;

✓ Incluir na política de relacionamento com fornecedores, observadas as exigências legais, como variáveis de seleção e avaliação, questões sobre relações trabalhistas: não utilização de trabalho infantil em quaisquer atividades, nem mão de obra em condição de trabalho degradante ou análoga à escravidão. E ainda, questões que promovam melhorias nos processos de maneira a reduzir e/ou mitigar impactos ambientais diretos e indiretos em suas atividades; estimulando os fornecedores a replicarem essas considerações também em seus contratos, criando um círculo virtuoso de conscientização social;

✓ Priorizar a economia da manutenção e operacionalização da edificação e redução do consumo de energia e água nas contratações de obras e serviços de engenharia, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental;

✓ Priorizar, nos limites legais, os fornecedores que não comungam com práticas que infrinjam os direitos humanos e, também, que contribuam para a conservação ambiental e para a proteção à biodiversidade e que combatam a exploração ilegal e predatória das florestas;

✓ Contribuir para erradicação do trabalho infantil, do trabalho forçado ou análogo ao escravo, promovendo discussão acerca desses temas com fornecedores, estimulando-os a cumprirem a legislação;

✓ Definir meios que permitam a realização de campanhas de conscientização para todos os fornecedores, de forma que fique explicitado o repúdio da CAIXA à mão de obra infantil e à mão de obra escrava;

✓ Contribuir para a erradicação de políticas ilegais, imorais e antiéticas, promovendo a divulgação de iniciativas de combate à corrupção e propina, com ações de educação para todas as partes interessadas – como fornecedores, clientes e consumidores, entre outros, disseminando o tema e orientando sobre a utilização de ferramentas correlatas.

NOSSOS VALORES ÉTICOS

A CAIXA elaborou o seu Código de Ética, que tem por objetivo sistematizar os valores éticos que devem nortear a condução dos negócios, orientar as ações e o relacionamento com os interlocutores internos e externos.

Compartilhamos com você, que poderá ser um parceiro da CAIXA, os valores éticos que nortearão a nossa relação.

RESPEITO

- ✓ As pessoas na CAIXA são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade.
- ✓ Exigimos de dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.
- ✓ Repudiamos todas as atitudes de preconceitos relacionadas à origem, raça, sexo, cor, idade, religião, credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação.
- ✓ Respeitamos e valorizamos nossos clientes e seus direitos de consumidores, com a prestação de informações corretas, cumprimento dos prazos acordados e oferecimento de alternativa para satisfação de suas necessidades de negócios com a CAIXA.
- ✓ Preservamos a dignidade de dirigentes, empregados e parceiros, em qualquer circunstância, com a determinação de eliminar situações de provocação e constrangimento no ambiente de trabalho que diminuam o seu amor-próprio e a sua integridade moral.
- ✓ Os nossos patrocínios atentam para o respeito aos costumes, tradições e valores da sociedade, bem como a preservação do meio ambiente.

HONESTIDADE

- ✓ No exercício profissional, os interesses da CAIXA estão em 1º lugar nas mentes dos nossos empregados e dirigentes, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros, de forma a resguardar a lisura dos seus processos e de sua imagem.
- ✓ Gerimos com honestidade nossos negócios, os recursos da sociedade e dos fundos e programas que administramos, oferecendo oportunidades iguais nas transações e relações de emprego.
- ✓ Não admitimos qualquer relacionamento ou prática desleal de comportamento que resulte em conflito de interesses e que estejam em desacordo com o mais alto padrão ético.
- ✓ Não admitimos práticas que fragilizem a imagem da CAIXA e comprometam o seu corpo funcional.
- ✓ Condenamos atitudes que privilegiem fornecedores e prestadores de serviços, sob qualquer pretexto.
- ✓ Condenamos a solicitação de doações, contribuições de bens materiais ou valores a parceiros comerciais ou institucionais em nome da CAIXA, sob qualquer pretexto.

COMPROMISSO

- ✓ Os dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA estão comprometidos com a uniformidade de procedimentos e com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais.
- ✓ Temos compromisso permanente com o cumprimento das leis, das normas e dos

regulamentos internos e externos que regem a nossa Instituição.

- ✓ Pautamos nosso relacionamento com clientes, fornecedores, correspondentes, coligadas, controladas, patrocinadas, associações e entidades de classe dentro dos princípios deste Código de Ética.
- ✓ Temos o compromisso de oferecer produtos e serviços de qualidade que atendam ou superem as expectativas dos nossos clientes.
- ✓ Prestamos orientações e informações corretas aos nossos clientes para que tomem decisões conscientes em seus negócios.
- ✓ Preservamos o sigilo e a segurança das informações.
- ✓ Buscamos a melhoria das condições de segurança e saúde do ambiente de trabalho, preservando a qualidade de vida dos que nele convivem.
- ✓ Incentivamos a participação voluntária em atividades sociais destinadas a resgatar a cidadania do povo brasileiro.

TRANSPARÊNCIA

- ✓ As relações da CAIXA com os segmentos da sociedade são pautadas no princípio da transparência e na adoção de critérios técnicos.
- ✓ Como Empresa pública, estamos comprometidos com a prestação de contas de nossas atividades, dos recursos por nós geridos e com a integridade dos nossos controles.
- ✓ Aos nossos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia dispensamos tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento dos normativos a que estamos subordinados.
- ✓ Oferecemos aos nossos empregados oportunidades de ascensão profissional, com critérios claros e do conhecimento de todos.
- ✓ Valorizamos o processo de comunicação interna, disseminando informações relevantes relacionadas aos negócios e às decisões corporativas.

RESPONSABILIDADE

- ✓ Devemos pautar nossas ações nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a resguardar a CAIXA de ações e atitudes inadequadas à sua missão e imagem e a não prejudicar ou comprometer dirigentes e empregados, direta ou indiretamente.
- ✓ Zelamos pela proteção do patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens, equipamentos e demais recursos colocados à nossa disposição para a gestão eficaz dos nossos negócios.
- ✓ Buscamos a preservação ambiental nos projetos dos quais participamos, por entendermos que a vida depende diretamente da qualidade do meio ambiente.
- ✓ Garantimos proteção contra qualquer forma de represália ou discriminação profissional a quem denunciar as violações a este Código, como forma de preservar os valores da CAIXA.

Alô CAIXA
4004 0 104 (Capitais e Regiões Metropolitanas)
0800 104 0 104 (Demais Regiões)

SAC
0800 726 0101

Ouvidoria
0800 725 7474